



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2025

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Ricardo Lewandowski, informações a respeito do grande número de ataques cibernéticos no Brasil e causaram prejuízo de até R\$ 2,3 trilhões na economia brasileira em 2024.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública pedido de informações a respeito do grande número de ataques cibernéticos no Brasil e causaram prejuízo de até R\$ 2,3 trilhões na economia brasileira em 2024.

- 1) Apesar dos alertas frequentes, quais medidas concretas foram implementadas pelo governo e empresas para fortalecer a segurança digital?
- 2) Como está a governança da segurança digital no setor público? Grandes órgãos estatais e empresas públicas realmente investem em infraestrutura cibernética ou a proteção digital ainda é negligenciada?
- 3) O Brasil está investindo em inteligência cibernética à altura da ameaça? Enquanto nações desenvolvidas destinam bilhões para defesa digital, o orçamento brasileiro para segurança cibernética está condizente com os riscos enfrentados?
- 4) Qual é o impacto na competitividade do Brasil? Se os ataques cibernéticos seguem atingindo bancos, indústrias e infraestrutura crítica, o país pode perder credibilidade internacional e afastar investidores?





Justificativa

Em 2024, o Brasil registrou um número alarmante de ataques cibernéticos, causando prejuízos estimados em R\$ 2,3 trilhões para a economia nacional. Esse cenário coloca o país entre os principais alvos globais de crimes digitais, expondo vulnerabilidades tanto no setor público quanto no privado. O crescimento acelerado da digitalização, aliado à fragilidade das infraestruturas de segurança cibernética, tem favorecido a atuação de criminosos que exploram brechas para roubo de dados, fraudes financeiras e ataques contra serviços essenciais.

Diante da magnitude dos danos causados pelos ataques cibernéticos, é dever do governo tomar medidas concretas para fortalecer a segurança digital no país. Segundo o estudo do Instituto Nacional de Combate ao Cibercrime, as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) estão mais vulneráveis, por suas limitações financeiras e tecnológicas na adoção de soluções de segurança digital.

O estudo do INCC aponta que cada violação de dados resulta na perda de, em média, 74 empregos e gera um impacto de R\$ 26 milhões em massa salarial. No caso das PMEs, as perdas chegam a pouco mais de R\$ 2 milhões, eliminando 34 postos de trabalho por ataque.

Sem uma resposta firme e estratégica, o Brasil continuará a ser um terreno fértil para cibercriminosos, sofrendo prejuízos financeiros, instabilidade social e danos à sua reputação global. A segurança digital deve ser tratada como prioridade nacional, e cabe ao governo agir com urgência para proteger a economia e os cidadãos.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.





Câmara dos Deputados
Gabinete do **Deputado Capitão Alberto Neto** –
PL/AM

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 24 de fevereiro de 2025.

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL
PL/AM

Apresentação: 24/02/2025 13:12:31.807 - Mesa

RIC n.510/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258189166100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto

